

**FUNDAÇÃO RENOVA**  
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR  
REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2017**



1. **Data, Horário e Local:** No dia 11 de janeiro de 2017, às 09 horas, na sede social da Fundação Renova, localizada na Av. Getúlio Vargas, 671, 4º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
2. **Convocação, Presença e Instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 25 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
  - 2.1. Conselheiros indicado pela Mantenedora Principal Samarco Mineração S.A., os senhores Wilson Nélio Brumer, Conselheiro Titular, e José Carlos Gomes Soares, Conselheiro Suplente, participando de forma presencial;
  - 2.2. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Subsidiária Vale S.A., os senhores Wilson Márcio Depes e Luiz Soresini, participando de forma presencial;
  - 2.3. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Subsidiária BHP Billiton Brasil Ltda., os senhores Ian Burton Wood e Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão, participando de forma presencial;
  - 2.4. Conselheiro titular indicado pelo Comitê Interfederativo, o senhor Fábio José Feldmann, participando de forma presencial;
  - 2.5. Presentes também os seguintes convidados do Conselho Curador: Roberto Silva Waack, Diretor Presidente da Fundação Renova, Leonardo André Gandara, Gerente Jurídico da Fundação Renova, Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança Corporativa da Fundação Renova, Roberta Guasti Porto, Gerente de Compliance da Fundação Renova, Juliana Machado, Gerente Geral de Comunicação Empresarial da Fundação Renova, e Marcelo Eduardo Figueiredo, Gerente de Projetos da Mantenedora Subsidiária Vale S.A.;
  - 2.6. Ausentes justificadamente: Conselheiro Celso Castilho de Souza e/Dra. Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça de Fundações de Belo Horizonte.

Em obediência aos termos do Estatuto Social da Fundação Renova, em especial ao artigo 26, o Presidente da Mesa (indicado no item 3 abaixo) atestou o cumprimento das formalidades de convocação, atestou a existência de quórum suficiente e instalou a reunião.

VISTO

U.N. 26104/112  
  
Valma Leite da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundações



3. Mesa: Presidente: Sr. Wilson Nélio Brumer. Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari.

4. Ordem do Dia:

- (a) Eleição para a Diretoria de Programas e Projetos, para a Diretoria de Desenvolvimento Institucional, para a Gerência de *Compliance* e para o Conselho Fiscal;
- (b) Ressarcimento de gastos públicos extraordinários relacionados ao Comitê Interfederativo (CIF);
- (c) Termo de referência para o painel da União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature - IUCN*);
- (d) Composição e programação dos Conselhos Fiscal e Consultivo e dos comitês de assessoramento;
- (e) Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos;
- (f) Regimento interno da fundação;
- (g) Gestão de riscos.



5. Discussões:

- 5.1. O Presidente do Conselho iniciou os trabalhos, solicitando ao Diretor Presidente que apresentasse uma atualização das atividades conduzidas pela Fundação desde a última reunião do Conselho Curador;
- 5.2. O Diretor Presidente iniciou seu relato informando sobre os avanços substanciais no processo de relacionamento e comunicação entre a Fundação e o Comitê Interfederativo (CIF), incluindo o relacionamento com as Câmaras Técnicas. A intenção da Fundação é aprofundar e institucionalizar esse relacionamento;
- 5.3. Salientou o esforço que a Fundação vem conduzindo para fortalecimento de sua identidade. A partir de janeiro de 2017 será iniciado o processo de construção de identidade e cultura da Fundação, envolvendo consultorias externas e o próprio Conselho Curador. Esse processo passa por abordagens com as mantenedoras, com os órgãos públicos, com as comunidades e demais *stakeholders*, além dos diversos veículos de comunicação e imprensa. Um dos grandes desafios dessa iniciativa é interno à organização, considerando que vários empregados da Fundação têm histórico profissional relacionado à mantenedora principal, e em menor medida, às mantenedoras subsidiárias. A situação dos empregados cedidos continua sendo um problema a ser resolvido e a Fundação está desenvolvendo um plano de encerramento para esse processo, com a expectativa de conclusão para o final do primeiro semestre de 2017. O tema é complexo, pois além dos problemas de construção de identidade e cultura, existem os riscos ligados aos impactos no clima organizacional;
- 5.4. Outro ponto destacado foi a consolidação dos principais procedimentos de gestão da Fundação. O Diretor Presidente apresentou a estratégia de implementação dos programas e projetos ligados à eficiência tecnológica e econômica. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann aproveitou para salientar a necessidade de articulação de parcerias com o Poder

VISTO

em 26/04/17

Valma Lette da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundações



Público para viabilizar a implementação de projetos, sugerindo a celebração de memorandos de entendimento com os órgãos públicos. O Conselheiro Sr. José Carlos Gomes Soares lembrou que, por experiência própria, os formadores de opinião nas áreas impactadas não têm informação robusta e apropriada para viabilizar a implementação dos programas. O Diretor Presidente concordou, lembrando que o processo de sensibilização é lento e precisamos estruturar a gestão da Fundação para que opere de forma perene;

5.5. O Diretor Presidente explicou que existe uma área de licenciamento dedicada na Fundação, considerando todos os empreendimentos que necessitam de autorizações e licenças para cada tipo de trabalho. Sobre os processos de finanças, afirmou que o trabalho que vem sendo conduzido é ótimo, mas precisamos aprofundar na identificação e conhecimento de custos para cada projeto, ou seja, painéis de custos. Quanto às auditorias, precisamos ir além de apenas prestar contas, mas aprofundar na identificação de nossos processos internos. Os processos de Saúde e segurança têm como grande desafio abranger todos os níveis da cadeia de fornecimento da Fundação. O Presidente do Conselho lembrou que não importa se acidentes acontecem com o empregado direto ou com o terceirizado, não podemos admitir processos que gerem riscos à saúde e a segurança das pessoas. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão requereu que a preocupação da mantenedora subsidiária com segurança seja aplicada a todos os níveis de contratação da Fundação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann lembrou que precisamos estender essa preocupação em todas os locais onde os programas devem ser implementados;

5.6. Continuando, o Diretor Presidente salientou sobre a importância da gestão de riscos, bem como sobre *Compliance* e ouvidoria. Sobre tecnologias, da informação e gestão espacial, abordou que se trata de uma das áreas de destaque a ser acompanhada, dada a extensão da área de atuação da Fundação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugeriu que os profissionais da Fundação busquem contatos com a empresa Emplasa, que desenvolve trabalhos de georeferenciamento em São Paulo e que incluiu em seus trabalhos as estruturas de serviços públicos necessários para as áreas ocupadas. O Diretor Presidente salientou também a importância do processo de Suprimentos, considerando o grande volume de contratos para a consecução dos objetivos da Fundação, bem como a necessidade de reduzirmos os processos de contratação pretendida. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugeriu a elaboração de painéis de contratação e protocolos de contratação de serviços no modelo que é utilizado por instituições como Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

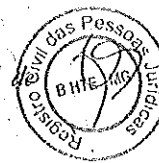
5.7. O Presidente do Conselho agradeceu a exposição e pediu que o Secretário apresentasse os pontos pendentes de reuniões anteriores. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood pediu a inclusão nas pautas de reuniões do Conselho Curador o acompanhamento financeiro dos programas. O Conselheiro Sr. Luiz Soresini solicitou que a Fundação priorize o mapeamento de *stakeholders*, especificamente por receber contatos de pessoas ligadas a processos de restauração buscando conhecer com mais profundidade as atividades da Fundação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugeriu que os conselheiros também fossem contatados para discutirem o mapeamento de *stakeholders*, considerando que são muito acessados e que podem ajudar a Fundação na elaboração desse mapeamento. Questionado sobre o processo de contratação do Ibico para os trabalhos de restauração florestal, o Diretor Presidente explicou sobre o processo de encerramento do contrato com



VISTO

26/04/17  
Liliane  
ma Leite da Cunha  
Promotora de Justiça  
Fundação

*[Handwritten signatures and initials]*



tal entidade, pois a Fundação entendeu que aquela entidade não tinha condições técnicas para tal prestação, o que não impede que ele seja contatado para outros serviços em potencial. Importante salientar que os processos de contratação da Fundação são bastante rígidos e que demandas de terceiros juntos aos conselheiros devem ser encaminhadas para a Gerência de Governança da Fundação, que direcionará as demandas e responderá aos requisitantes. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood solicitou informações sobre o contrato com a Fundação Pró Tamar, a partir de informações de mídia que teve acesso nas últimas semanas. Sobre a porta de saída do pagamento de auxílio emergencial, o Presidente do Conselho reiterou a complexidade deste item, recomendando uma discussão específica sobre o assunto. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou, a partir do exemplo de pescadores, que analisássemos esse processo de porta de saída como projetos, de modo a endereçar um plano de ação específico para cada grupo de impactados. O *feedback* que a Fundação tem do Ministério da Casa Civil (Governo Federal) é que diversas pessoas atualmente beneficiadas anseiam por essa porta de saída, ao contrário do senso comum, o que reforça a importância dessa abordagem;

- 5.8. Sobre o tema Saúde e Segurança, foram convidados o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo e o Gerente da área, Sr. Rubens Bechara Junior, que iniciou sua apresentação abordando o registro de incidentes críticos do último mês, bem como as ações para incrementar o relato desses incidentes. Foi solicitado que nas próximas reuniões sejam apresentados os dados mais específicos de Diálogos Diários de Segurança (DDS), treinamentos e demais ações nas áreas onde os programas estão sendo implementados. Sobre a taxa de acidentes registrados, salientou que a Fundação encerrou o ano de 2016 com uma taxa de 0,29, o que deve ser considerado um número bastante satisfatório em comparação com as diversas atividades similares observadas no mercado. Respondendo a questionamento do Conselheiro Sr. Ian Burton Wood, a taxa compreende todos os empregados da Fundação, os cedidos das mantenedoras e as empresas contratadas. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou que a taxa é muito boa, dada a complexidade dos programas e projetos, adicionado ao tamanho da área atendida pela Fundação. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão solicitou que seja inserida a informação das horas homem trabalhadas nas próximas reuniões. Sobre os níveis da cadeia de suprimentos, o Sr. Rubens Bechara Junior ressaltou que essa taxa de acidentes compreende os dois níveis da cadeia e que serão envidados esforços para aumentar a amplitude do atendimento conforme solicitado. Essa preocupação deve ser reforçada, ainda mais considerando o acidente ocorrido com um agregado de uma empresa fornecedora de material rochoso (quinto nível na cadeia de suprimentos), evento que foi detalhado na apresentação. O Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo informou que serão desenvolvidos mecanismos de minimização desse risco, salientando a dificuldade em relação à amplitude da área atendida. Sobre o risco de deslocamento e tráfego terrestre de empregados, o Sr. Rubens Bechara Junior informou aos conselheiros as ações que estão sendo implementadas para mitigar tal risco. Relatou o acidente com perda de tempo ocorrido nas obras de Candonga, envolvendo motorista de caminhão de contratada;
- 5.9. Continuando, o Sr. Rubens Bechara Junior relatou acidente fatal ocorrido com motorista agregado de empresa de transporte contratada por empresa de fornecimento de material rochoso (Pedreira Oratório). Essa empresa havia sido contratada pela empresa de construção Tamasa, ora contratada pela Fundação para trabalhos de enrocamento com

VISTO

26/04/17  
Ma Lette da Cunha  
Promotora de Justiça  
Coordenadora de Fundações



pedras nas margens do Rio Gualaxo. O acidente ocorreu no dia 06 de janeiro de 2017, às 19h45. O Sr. Rubens Bechara Junior ressaltou todas as ações que estão sendo desenvolvidas pela Fundação para atender os familiares do acidente, ainda que não haja responsabilidade da Fundação em tal caso. Ressalte-se que o acidente está sendo investigado pelas autoridades públicas com todo apoio da Fundação. O Presidente do Conselho reforçou que esse relato é importantíssimo e fundamental, independentemente do nível da cadeia de fornecimento. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood reforçou a necessidade de a Fundação seguir protocolos internacionais de investigação e relato de acidentes, acrescentando que precisamos levar em consideração casos como esse para aprendizado e internalização de práticas seguras;



- 5.10. Sobre o tema da nomeação do novo Diretor de Programas, o Presidente do Conselho informou o recebimento do pedido de renúncia do Diretor de Programas, Sr. Galib Abraão Chaim, por motivos particulares. O Diretor permaneceu em suas funções até o dia 31 de dezembro de 2016. Os Conselheiros consignaram os votos de agradecimento ao Sr. Galib Abraão Chaim pelos relevantes serviços prestados à Fundação e por toda sua dedicação e empenho pelo período que compôs a sua Diretoria Executiva, desejando-lhe sucesso em seus novos projetos. A Fundação, em nome do Conselho Curador, encaminhará uma carta de agradecimento ao Sr. Galib Abraão Chaim;
- 5.11. Para ocupar a Diretoria de Programas foi eleito o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo, engenheiro e mestre em Administração estratégica, possui MBA em Desenvolvimento de Negócios e pós-graduação em gestão de projetos;
- 5.12. Para ocupar a Diretoria de Desenvolvimento Institucional, foi eleita a Sra. Andrea Aguiar Azevedo, bióloga com foco em estudos ambientais e sustentabilidade;
- 5.13. O Presidente do Conselho informou sobre o encerramento do período de interinidade da Gerente de *Compliance*, Roberta Guasti Porto, em 31 de dezembro de 2016. Os Conselheiros consignaram os votos de agradecimento à Roberta Guasti Porto pelos relevantes serviços prestados à Fundação e por toda sua dedicação e empenho pelo período que conduziu os processos da Gerência de *Compliance*, desejando-lhe sucesso em sua função na mantenedora principal. Nos termos do art. 22, XVIII, e do art. 37 do Estatuto da Fundação, foi apresentado o nome e currículo do Sr. Eduardo Dinelli Costa Santa Cecília para eleição ao cargo de Gerente de *Compliance*;
- 5.14. Nos termos do artigo 39, §1º, do Estatuto da Fundação, e da Cláusula 216, Parágrafo Único, do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta celebrado em 02 de março de 2016, o Presidente do Conselho indicou o nome do Sr. Carlos Henrique Ribeiro para composição do Conselho Fiscal da Fundação, na indicação que cabe a este Conselho;
- 5.15. Acerca das demais indicações para o Conselho Fiscal, e em conformidade com a Cláusula 216, Parágrafo Único, do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e com o artigo 39, §1º, do Estatuto da Fundação, foi indicado o nome do Sr. Luis Eduardo Fischman para representar a Mantenedora Principal no Conselho Fiscal;
- 5.16. O Presidente do Conselho reiterou a necessidade de reforçar o funcionamento do Conselho Consultivo, solicitando enfaticamente que seja elaborada uma agenda com os membros e a uma abordagem sobre a indução destas pessoas para a realização das atividades. O

VISTO

26/04/17

Vflba  
Sonia Leite da Cunha  
Mantenedora de Justiça  
Fundadora da Fundação



Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou que a Fundação deve suportar fortemente a instituição do Conselho Consultivo e o início dos seus trabalhos. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão sugeriu que o Diretor Presidente alinhe com o Conselho Consultivo a organização de um evento amplo com a sociedade para discutir o TTAC. O Presidente do Conselho recomendou que a reunião inaugural do Conselho Consultivo seja feita em conjunto com o Conselho Curador;

5.17. Sobre o ressarcimento dos gastos extraordinários do CIF, foi convidado o Sr. Leonardo André Gandara. O Presidente do Conselho recomendou que seja elaborada uma norma que estabeleça as regras a serem seguidas para esses ressarcimentos, sugerindo inclusive que as passagens aéreas sejam contratadas diretamente pela Fundação e não pelos órgãos membros do CIF. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann, adicionalmente, sugeriu a criação de padrões e tabelas de custeio de hospitalidades. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão tem algumas preocupações sobre tal ressarcimento, se a Fundação realmente deve ser responsável por tais gastos do CIF, acrescentando a dificuldade de segregar quando os órgãos estão exercendo o poder de polícia e quando não estão. Além disso, haveria a sobrecarga da Gerência de *Compliance* na análise de cada pagamento aos órgãos do CIF. No entanto, do ponto de vista operacional, se a Fundação não custear esses gastos extraordinários, provavelmente a atuação do CIF não será satisfatória. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann entende que o TTAC é a superação do conflito, e sugere que consultemos a Curadoria de Fundações e a Comissão de Ética do Governo Federal. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou que os critérios devem ser bem claros e consistentes para assegurar a conformidade dos pagamentos. O Presidente do Conselho sugeriu a elaboração de uma norma sobre o assunto, discussão com o MPMG e com o CIF. Após consolidar essa norma, a Diretoria da Fundação deverá retornar com esse assunto para solicitar sua aprovação;

5.18. Sobre aprovação de acordos e transações com agentes públicos, o Sr. Guilherme Almeida Tângari apresentou dois gastos, o primeiro da Agência Nacional de Águas (ANA), no valor de R\$3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), e de convênio entre a Fundação e universidades no âmbito do Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática, no valor de R\$2.049,99 (dois mil e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos);

5.19. Sobre o termo de referência para o painel da União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature - IUCN*), o Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann recomendou que os temas a serem tratados devem estar acoplados ao termo de referência. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou a necessidade de a Fundação priorizar esse termo para a consecução dos objetivos dos programas previstos no TTAC especificamente ligados a ele. A aprovação do termo de referência deve considerar a inserção dos temas, salientando-se que não se aprova desde já questões de cunho financeiro ligados a esse termo de referência;

5.20. Entrando na discussão sobre os comitês de assessoramento, o Sr. Guilherme Almeida Tângari explicou que o Comitê Técnico já tem o termo de referência elaborado, mas os membros ainda não foram indicados. Discutiu-se a eventual sobreposição entre esse Comitê Técnico e o painel da IUCN. O Diretor Presidente entende que há uma redundância entre esses dois entes, bem como podem existir problemas na condução das discussões, tendo



VISTO

n. 261 09 117

Wl...  
Alma Lette da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundação



como exemplo questões técnicas e de gestão. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que existe uma clara distinção entre eles, sendo que o Comitê Técnico tem um papel mais ligado a recomendar decisões do Conselho Curador, enquanto o painel da IUCN tem um papel mais relacionado a elaboração de soluções técnicas e científicas para a consecução dos programas sob responsabilidade da Fundação. Continuou informando que o Comitê Técnico deverá ser composto por profissionais com conhecimento destacado sobre os assuntos e seus riscos inerentes, de modo a subsidiar as decisões do Conselho Curador. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugere que o painel da IUCN deve se vincular à respectiva Câmara Técnica do CIF, enquanto o Comitê Técnico tem um caráter interno. Além disso, entende que deve existir uma matriz de atuação para a IUCN compreendendo o atendimento às questões técnicas, bem como para o Comitê Técnico. O Presidente do Conselho consolidou a discussão, recomendando que a Diretoria Executiva estude com mais profundidade a interação entre esses dois entes e proponha um processo mais claro segregando a atuação de cada um e sua dinâmica de funcionamento em uma matriz de funcionamento, bem como sua interação com o Conselho Curador;

- 5.21. Sobre o Comitê Jurídico e de *Compliance*, as matérias devem ser segregadas. Especificamente sobre o Comitê Jurídico, foi solicitado a preparação de uma análise da necessidade de sua institucionalização dentro da Fundação. Sobre o Comitê de *Compliance*, o Conselho aprovou sua criação e indicará oportunamente os seus membros;
- 5.22. Acerca da pauta de *Compliance*, foi convidada a Sra. Cheryl Scarboro, sócia do escritório norte-americano Simpson Thacher & Bartlett, que iniciou informando seu currículo e atuação. Continuou abordando a conexão entre as legislações anticorrupção, brasileira e de outras jurisdições, e a atuação da Fundação. A *Foreign Corruption Practices Act* (FCPA) é a lei norte-americana conhecida por ser a mais antiga a tratar de sanção a atos de corrupção, e seu atendimento é muito importante para as mantenedoras, que estão também subordinadas à jurisdição norte-americana. Não obstante a independência da Fundação em relação às mantenedoras, é importante salientar que a atuação da Fundação deve sempre se pautar pelo estrito cumprimento da legislação anticorrupção, de forma a evitar que as mantenedoras sejam impactadas;
- 5.23. No âmbito brasileiro, foi abordada a aplicação da Lei n. 12.846/2013, conhecida com a Lei anticorrupção brasileira, que obviamente deve ser rigorosamente atendida pela Fundação. Foi apresentado um quadro comparando as similaridades entre as leis anticorrupção, notadamente a FCPA, a Lei anticorrupção brasileira e a *UK Bribery Act*, lei anticorrupção britânica. Salientou os protocolos de colaboração entre os países, exemplificando com casos do Brasil em que as autoridades norte-americanas e brasileiras colaboraram regularmente no sentido de levantamento de informações sobre atos irregulares de pessoas jurídicas e físicas. Aproveitou para apresentar as sanções aplicáveis no caso de violação das leis anticorrupção. Especificamente no que se refere a responsabilidade pessoal, explicou os riscos a que os executivos e conselheiros estão expostos no caso de violação da lei. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou o peso de evidências de procedimentos ou protocolos na aplicação das sanções, no que foi respondido que as investigações levam em consideração a existência desses instrumentos de mitigação de riscos de corrupção, o que não impede de responsabilização do(s) responsável(is) pela tomada de decisões mesmo sabendo dos riscos.



VISTO

N.º 261.041/17

Valma Leite da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundações



Foram apresentados casos brasileiros de punição pela violação de lei anticorrupção, bem como os casos mais conhecidos de imposição de multas no mundo;

- 5.24. Adentrou nos riscos específicos de corrupção aos quais a Fundação está exposta, bem como tratou de casos envolvendo pessoas jurídicas brasileiras (que já são públicos). Apresentou os conceitos de atos irregulares à luz da legislação anticorrupção, salientando que os atos podem ser considerados ilegais mesmo que indiretos, o que reforça a necessidade de controles robustos e eficientes, bem como o conceito de agentes públicos. Sobre a mitigação dos riscos de corrupção, salientou a necessidade primordial de compromisso da administração da Fundação, bem como da existência de políticas e procedimentos contemplando o Programa de *Compliance* e os mecanismos implementados para seu funcionamento. O Diretor Presidente informou que todos os empregados da Fundação já foram treinados sobre o Programa de *Compliance* e ressaltou a importância da matéria dentro da Fundação;
- 5.25. Especificamente sobre a Lei 12.846/2013, o Gerente de *Compliance* iniciou a apresentação sobre seus impactos nas atividades da Fundação. Ressaltou que os pontos centrais da lei compreendem a responsabilidade objetiva, o *compliance* como diferencial competitivo, o impacto financeiro das multas, o impacto na reputação, a instituição dos acordos de leniência e a necessidade de um programa de integridade efetivo. Após essa introdução, explicou os pilares de um Programa de *Compliance* efetivo, relacionando esses aspectos com as características do Programa em vigor na Fundação. Finalizou com a apresentação dos próximos passos a serem implementados;
- 5.26. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão questionou sobre a forma do Conselho sistematicamente aferir a efetividade do Programa de *Compliance*. O Gerente de *Compliance*, Sr. Eduardo Dinelli Costa Santa Cecília, informou que entende mais apropriado a implementação de auditorias de *compliance* para atingir esse objetivo. O Diretor Presidente informou a necessidade de implementar todo o Programa de *Compliance* no processo de tomada de decisões no âmbito dos programas, bem como a comunicação aos *stakeholders* sobre esse Programa, de modo a deixar claro para a sociedade o modelo de trabalho da Fundação, de estrito cumprimento da legislação anticorrupção;
- 5.27. Sobre o Regimento Interno, o Presidente do Conselho pediu aos conselheiros que enviem suas críticas e considerações, para posterior submissão ao Conselho Curador;
- 5.28. Sobre o Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos (PG031), contemplado na Cláusula 169 do TTAC, foi convidado o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo, que iniciou a contextualização do assunto citando a disposição de a Fundação prover recursos para atender demandas de saneamento e resíduos sólidos dos municípios da área ambiental 1, bem como as últimas discussões sobre o assunto tanto internamente como no âmbito do Comitê Interfederativo (CIF). A ideia trazida é a criação de um Grupo de Trabalho, articulado pela Fundação, com o objetivo de elaborar um plano diretor para estruturar um plano de negócios para o Programa e possibilitar a captação de mais recursos, de forma estruturada, em parceria com os municípios, concessionárias, empresas privadas, órgãos públicos e agentes financiadores. Apresentou as estruturas fundamentais do plano, compreendendo aspectos financeiros, legais, técnicos, institucionais e de viabilidade para os municípios. Além disso, informou que a Fundação está buscando uma nova reunião com o



VISTO

N.º 26104117

Valma Lette da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundação

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.





BNDES para discutir o Memorando de Entendimentos já previamente enviado. O Presidente do Conselho salientou que os recursos existentes são expressivos em sua totalidade mas podem ser insuficientes se analisados somente da perspectiva de cada município. O Presidente do Conselho sugeriu que marcássemos uma nova reunião com o BNDES, dessa vez diretamente com a presidência daquela instituição, para discutir o assunto;

- 5.29. O Diretor Presidente explicou que o CIF ficou sensibilizado pelo argumento da Fundação sobre a necessidade de uma melhor articulação para a implementação do Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos, bem como entendeu que a alocação de recursos não deve ser simplesmente em função da demografia de cada município, mas sim relacionada a um processo mais estruturado de implementação para toda a área impactada. Um dos papéis da Fundação seria também o de articular outros parceiros para alavancar esse Programa e convergir numa coalizão de entidades interessadas nesse processo. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou que a Fundação busque estabelecer o plano diretor de forma bastante rápida e considerando produtos muito claros a serem entregues para o Conselho e para a sociedade. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann questionou se já foi feita alguma análise sobre a convergência das demandas de saneamento e das demandas de resíduos sólidos, no que foi respondido que ainda não. Sugeriu que discutíssemos com o Sr. Jerson Kelman, atual presidente da Sabesp, para verificar introdutoriamente como viabilizar esse plano diretor;
- 5.30. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood informou que dá todo o suporte para esse trabalho, e manifestou preocupação quanto ao custo de operação desse programa. O Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo concordou e disse que esse aspecto talvez seja o mais importante para ser compreendido pelo plano diretor. O Diretor Presidente informou que a Fundação não será em hipótese alguma operadora de tratamento de efluentes, mas sim articuladora de interesses para viabilizar o atendimento de saneamento para as populações da bacia do Rio Doce. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood indicou que esse trabalho deve ser planejado de forma articulada com os trabalhos envolvendo abastecimento e tratamento de água. Os conselheiros se colocaram à disposição para articular reuniões e discussões com outros atores institucionais, como concessionárias, bancos de fomento, dentre outros;
- 5.31. O Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo apresentou um panorama sobre a performance dos programas da Fundação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann solicitou que não sejam apresentados apenas números absolutos, mas sim o indicador relacionado àquela informação;
- 5.32. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre como está o relacionamento entre a Fundação e o Ibama, no que foi respondido que esse processo vem melhorando sensivelmente. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão entende que isso é importante, e acrescenta que precisamos entender como avaliar se esse processo e esse relacionamento vem avançando. O Diretor Presidente informou que essa é uma preocupação da Fundação, tanto que as equipes técnicas já estão desenvolvendo esses critérios de avaliação, que serão submetidos às Câmaras Técnicas e para a auditoria independente;

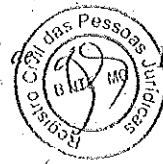


VISTO

26/04/17

W. L. da Cunha  
Promotora de Justiça  
Fundação

*[Handwritten signatures and initials]*



- 5.33. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann sugeriu que buscássemos um processo de licenciamento mais amplo, com uma tipologia previamente definida e contemplando todos os processos relacionados ao processo de recuperação do Rio Doce. Deveríamos pensar numa matriz de responsabilidades envolvendo os aspectos federais, estaduais e municipais, e de forma articulada visando um processo mais consolidado de licenciamento e autorização;
- 5.34. Continuando, o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo mostrou diversas fotos ilustrando o avanço dos programas. O Conselheiro Sr. José Carlos Gomes Soares elogiou o trabalho de recuperação do município de Barra Longa. No entanto, esse trabalho foi pouco divulgado, o que indica a necessidade de intensificar esse processo de comunicação local;
- 5.35. Sobre a dragagem do reservatório da UHE Risoleta Neves, o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo apresentou a performance da dragagem, observando que o volume total dragado é insuficiente para o atendimento aos requisitos do TTAC. O Diretor Presidente salientou que esse é o principal item no que diz respeito ao descumprimento de prazo, o que foi impactado pela insuficiência de informações quando da celebração do TAC pela mantenedora principal para viabilizar a dragagem do reservatório. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou que a Fundação promova uma abordagem bastante técnica com o CIP, informando sobre os aspectos relacionados ao perfil de risco da dragagem do reservatório, bem como a influência da insuficiência de informações à época da negociação do TAC, o que levou a compromissos que posteriormente se mostraram irrealizáveis de serem atendidos;
- 5.36. Sobre a aquisição de terrenos de Paracatu de Baixo, para fins do empreendimento do reassentamento daquele local, o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo apresentou as informações relacionadas ao processo de aquisição, iniciando com o contexto da escolha do local, as análises realizadas (operacionais, jurídicas e de *compliance*) e os riscos relacionados à aquisição. De modo a antecipar as demandas aos conselheiros, esse assunto será encaminhado para aprovação do Conselho após a realização desta reunião, com todo o material de suporte para analisar e fundamentar seu posicionamento;
- 5.37. Sobre a contratação da Fundação Pró Tamar, o Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo atualizou as informações aos conselheiros, destacando a expertise técnica amplamente reconhecida pela comunidade científica daquela instituição para fins de monitoramento de tartarugas, o que levou à sua definição como parceira da Fundação para a realização desse monitoramento e do termo de referência definido para seu acompanhamento;
- 5.38. Para o caso do contrato com a empresa Synergia, cujo objeto é o cadastramento e levantamento de dados dos impactados, os conselheiros foram informados da necessidade de seu aditamento, em função de aumento de escopo (motivado por diversos motivos, como pedido de órgãos da Defensoria Pública, Ministério Público, Ministério da Casa Civil, dentre outros). O material de suporte será encaminhado aos conselheiros para fins subsidiar a decisão dos conselheiros;
- 5.39. Para apresentar o panorama jurídico, o Sr. Leonardo André Gandara informou sobre as ações judiciais existentes e seu estágio atual. Aproveitou para informar e dirimir dúvidas relacionadas às ações contra as mantenedoras que de alguma forma se relacionem com a Fundação. O Presidente do Conselho recomendou a aproximação junto ao SAAE de Governador Valadares para buscar uma resolução consensual da demanda de indenização;



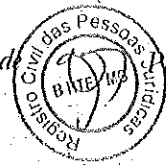
VISTO

26/04/17

*[Handwritten signature]*  
Ana Belle da Cunha  
Promotora de Justiça  
Fundações

*[Handwritten signatures]*





5.40. Para discutir o assunto de mapeamento de *stakeholders*, foi convidada a Sra. Juliana Machado, que iniciou sua apresentação sobre os propósitos desse trabalho e sua importância para o cotidiano da Fundação. Informou sobre as quatro entregas a serem feitas num primeiro momento, a saber, o mapa externo atual, a realização de workshops, o modelo de engajamento de *stakeholders* chave e o estímulo à consciência e cultura internas. Por solicitação do Presidente do Conselho, a Sra. Juliana Machado encaminhará aos conselheiros a metodologia de indicação dos *stakeholders* para auxiliar no entendimento. O Presidente do Conselho salientou a necessidade de deixar claro para os *stakeholders* que a Fundação é uma oportunidade de incremento socioeconômico para a bacia do Rio Doce. Questionada pelo Conselheiro Sr. Ian Burton Wood sobre os conhecidos processos de mapeamento existentes no mercado, que num primeiro momento são muito interessantes e depois se perdem nas organizações, a Sra. Juliana Machado informou da preocupação de transformar o resultado desse mapeamento em algo dinâmico e não necessariamente complexo do ponto de vista operacional. A Fundação tem um viés mais pragmático, em que se entende como mais importante saber quais são os *stakeholders* conforme cada tema e já iniciar o engajamento com eles;

5.41. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão sugeriu que o site da Fundação seja mais claro e assertivo na comunicação externa, para evitar a dificuldade em acessar as informações. O Diretor Presidente informou que a Fundação já está trabalhando na consolidação de eixos temáticos e os resultados serão acoplados conforme esses eixos. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood solicitou que na próxima reunião seja trazida a estratégia de comunicação por meio das mídias sociais;

5.42. Finalizando a reunião, o Presidente do Conselho pediu que os conselheiros a avaliassem. O Presidente do Conselho recomendou que as apresentações sejam mais objetivas, já que o material de suporte que é enviado previamente é muito bom. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entendeu a reunião muito boa, e reiterou que a apresentação seja mais objetiva. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão informou que a reunião ocupando todo o dia foi uma decisão ótima, além de sugerir que um tema seja escolhido para aprofundamento a cada reunião, considerando a dimensão das discussões. O Conselheiro Sr. José Carlos Gomes Soares deu parabéns pelas apresentações e sugeriu o incremento no processo de comunicação externa da Fundação. O Conselheiro Sr. Wilson Márcio Depes achou a reunião muito extensa e também concorda que os trabalhos da Fundação precisam ser mais divulgados no âmbito das áreas impactadas.

6. **Deliberações Tomadas:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações:

6.1. A lavratura desta Ata na forma de sumário;

6.2. A eleição das pessoas abaixo indicadas para compor a Diretoria Executiva da Fundação Renova, com 1 (um) ano de prazo de gestão, contado a partir do dia 01 de janeiro de 2017, conforme previsto nos artigos 22, I, e 29, do Estatuto da Fundação:

VISTO

26104117

Uma Leite da Cunha  
Promotora de Justiça  
Coordenadora de Fundações



- (a) **MARCELO EDUARDO FIGUEIREDO**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade nº 54.932/D CREA/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 456.131.686-87, com endereço comercial na Avenida Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-021, como Diretor de Programas da Fundação Renova;
- (b) **ANDREA AGUIAR AZEVEDO**, brasileira, bióloga, casada, portadora da carteira de identidade nº 894127 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 584.304.381-00, com endereço comercial na Avenida Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-021, como Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova;
- (c) Os membros da Diretoria Executiva ora eleitos declaram não estarem incursos em quaisquer impedimentos para participarem da administração da Fundação Renova e que estão totalmente desimpedidos para exercer o cargo e função para os quais foram eleitos.

6.3. A eleição do Gerente de *Compliance*, nos termos do art. 22, XVIII, e do art. 37 do Estatuto da Fundação:

- (a) **EDUARDO DINELLI COSTA SANTA CECILIA**, brasileiro, advogado, casado, portador da carteira de identidade nº M-9.010259 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.682.766-28, com endereço comercial na Avenida Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-021, como Gerente de *Compliance* da Fundação Renova

6.4. A indicação da pessoa abaixo indicada para compor o Conselho Fiscal da Fundação Renova, com 1 (um) ano de prazo de gestão, contado a partir desta data, conforme previsto nos artigos 39, §1º, e 40, do Estatuto da Fundação:

- (a) **CARLOS HENRIQUE RIBEIRO**, brasileiro, contador, casado, portador da carteira de identidade nº M-2.292.291 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 505.159.776-91, com endereço comercial na Avenida Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-021, como Conselheiro Fiscal da Fundação Renova.
- (b) O membro do Conselho Fiscal ora indicado declara não estar incurso em quaisquer impedimentos para participar da administração da Fundação Renova e que está totalmente desimpedido para exercer a função para o qual foi indicado.

6.5. A indicação da pessoa abaixo indicada para compor o Conselho Consultivo da Fundação Renova, conforme previsto nos artigos 39, §1º, e 40, do Estatuto da Fundação:

- (a) **CLÁUDIO BOECHAT**, especialista em Engenharia Econômica da Fundação Dom Cabral – FDC;
- (b) **NEYVAL DA COSTA REIS JÚNIOR**, professor doutor e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

6.6. A aprovação dos seguintes acordos e transações com agentes públicos:

- (a) Contraparte: Agência Nacional de Águas (ANA), no valor de R\$3.750,00;

VISTO

N.º 26.104.117  
Valma Lette da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundações



(b) Convênio entre a Fundação e universidades no âmbito do Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática, no valor de R\$2.049,99.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2017.

Wilson Nêlio Brumer  
Conselheiro Titular

José Carlos Gomes Soares  
Conselheiro Suplente

Wilson Marcio Lopes  
Conselheiro Titular

Luiz Carlos Resini  
Conselheiro Titular

Ian Burton Wood  
Conselheiro Titular

Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão  
Conselheiro Titular

Fábio José Feldmann  
Conselheiro Titular

Guilherme Almeida Tangari  
Secretário

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3378

FUNDAÇÃO RENOVA

AVERBADO(A) sob o nº 34, no registro 138160, no Livro A, em 25/05/2017  
Belo Horizonte, 25/05/2017  
Emol: (6201-8) R\$ 2.86 TFJ: R\$ 0.96 Rec: R\$ 0.17 - Total: R\$ 3.99

( ) José Nêlio Brumer - Oficial ( ) Ana Paula Nêlio Sevelos - Estrevente Substituta  
Escriturais: ( ) Ely Wesley Rodrigues Mendes ( ) Arnaldo Szeckauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto Da Carvalho

**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

**SELO ELETRÔNICO Nº BU126700**  
COD. SEG. 1277.9090.8311.0581

Quantidade de Atos Praticados: 00001  
Emol: R\$ 3.03 TFJ: R\$ 0.96 Total: R\$ 3.99  
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

**2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG**  
TABELIÃO - JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3314-4600 - E-mail: cartorio@cartoriopgguano.com.br

**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original apresentado, dou fé.  
Belo Horizonte  
25/07/2017  
Emo: R\$4,80 T.F.J: R\$1,49 Total: R\$6,29



VISTO  
B.N. 26/07/17  
  
Valma Lette da Cunha  
Promotora de Justiça  
Curadora de Fundações